



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 076

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE JUNHO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 076

65ª SESSÃO ORDINÁRIA

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios..... 03

Proposta de Emenda Constitucional03

Designação..... 04

Requerimentos 04

Projetos de Lei 08

Grande Expediente:

**Homenagem ao Sind. das Secretárias e
Secretários do Paraná - Sinsepar 09**

Proponente:

Dep. Elza Correia 09

Oradora:

Neuralice César Maine 10

Pequeno Expediente:

Dep. Barbosa Neto 11

Dep. José Domingos Scarpellini 11

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT

Dep. Barbosa Neto..... 12

Liderança do PT

Dep. Ângelo Vanhoni 13

Liderança do PMDB

Dep.Elza Correia..... 14

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 16

Preferência de Votação

1ª Discussão 17

Discussão / Votação:

Redação Final 17

2ª Discussão 17

1ª Discussão 21

Discussão Única (Indicação) 30

Requerimentos 30

Encerramento da Sessão 30

DIÁRIO Nº 076

65ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2006

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão,
secretariado pelos Srs. Deputados Nereu Moura e
Geraldo Cartário.

Presenças:

Às nove horas é registrada a presença dos seguintes
Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv,
Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura,
Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Tra-
iano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas,
Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Bar-
bosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida
Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino
da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapas-
son, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco
Bührer, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos
Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz
Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori,
Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Ber-
aldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Cam-
pos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho
Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e
Waldir Leite (50).

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pastor Edson Praczyk, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes e Renato Gaúcho (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 051/06

Curitiba, 21 de junho de 2006.

Senhor Presidente:

Em conformidade com o disposto no artigo 66, inciso I da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar, com lotação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sema, 01 (um) cargo de provimento em comissão com a denominação de "Coordenador" e simbologia DAS-2.

A medida legal ora proposta é indiscutivelmente necessária e oportuna, eis que o cargo em comissão cuja criação pretende-se será destinado à Coordenadoria dos Jardins Botânicos - CJBO, órgão da estrutura básica da referida Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Ressalte-se que, conforme informações prestadas pela Secretaria de Estado da Fazenda, as despesas decorrentes da medida em referência, atendem os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica criado, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sema, 01 (um)

cargo de provimento em comissão com a denominação de Coordenador, símbolo DAS-2.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofício

Dr. Sr. Desembargador Sérgio Rodrigues - Relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 358.691-4; autor - Sindicato das Empresas de Garagens, Estacionamentos e de Limpeza e Conservação de Veículos do Estado do Paraná; ré - Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, informando que foi deferida a liminar pleiteada, para fim de sustar os efeitos da Lei Estadual nº 15.133, de 26/05/06, publicada no Diário Oficial do Estado sob nº 7241 de 06/06/06, até o julgamento da ação por aquela Corte, assim determinando *ad referendum* do Órgão Especial. **Ao conhecimento da Casa.**

Proposta de Emenda Constitucional

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º Fica incluído o artigo 156-A na Constituição do Estado do Paraná, com a seguinte redação:

“Art. 156-A. O Estado poderá promover, na forma da lei e por meio de convênios com outros entes federativos, o reassentamento ou a indenização dos agricultores que, mediante título de propriedade com origem em projetos de colonização realizados pelo Estado, estejam ocupando terras destinadas por meio de processo demarcatório, aos povos indígenas.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.06.06.

(aa) JOCELITO CANTO, CLEITON KIELSE, NELSON GARCIA, DUÍLIO GENARI, JOSÉ MARIA FERREIRA, NATÁLIO STICA, WALDIR LEITE, ALEXANDRE CURI, RATINHO JÚNIOR, ANTONIO ANIBELLI, ELIO RUSCH, ÂNGELO VANHONI, GERALDO CARTÁRIO, CIDA BORGHETTI, VANDERLEI IENSEN, PADRE PAULO CAMPOS, LUIZ ACCORSI, ELTON CARLOS WELTER, NEREU MOURA, AUGUSTINHO ZUCCHI, TADEU VENERI, LUIZ NISHIMORI, ARTAGÃO JÚNIOR, LUCIANA RAFAGNIN, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI e FRANCISCO BÜHRER.

JUSTIFICATIVA:

A presente Proposta de Emenda Constitucional pretende reduzir e finalizar os conflitos decorrentes da demarcação das áreas indígenas no Estado do Paraná.

A Constituição federal de 1988 estabeleceu, no plano jurídico, o reconhecimento do caráter pluriétnico e multicultural da sociedade brasileira.

As terras indígenas no Brasil cobrem no total uma extensão de 946.452 quilômetros quadrados, correspondendo a cerca de 11,12% do território nacional. Em termos de comparação, numa extensão contínua, correspondem aos territórios da França e da Inglaterra tomados conjuntamente, ou a mais de duas vezes a extensão do Estado da Califórnia. As 554 áreas indígenas reconhecidas pela Funai abrigam uma população indígena estimada em cerca de 330 mil pessoas.

O problema da terra é o eixo central da questão indígena. A noção de território para as sociedades indígenas é muito mais do que simples meio de subsistência. A terra representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e de conhecimento. O conceito de território está ligado à história cultural do grupo, a seu universo mitológico, às relações de família, ao conjunto das interações sociais, e ao sistema de alianças políticas e econômicas entre aldeias de um mesmo grupo. A garantia da terra é por isso condição essencial para assegurar a sobrevivência dos índios como grupos etnicamente diferenciados da sociedade nacional.

Por outro lado, há diversos agricultores que há muito têm colaborado com o desenvolvimento do Estado, usufruindo de tais áreas com justo título. São famílias que adquiriram as terras do Estado de boa fé, fazendo jus, portanto, a uma indenização justa pelas terras também, o que não tem previsão constitucional.

O viés compensatório dos dados da colonização no Estado do Paraná deve ser plenamente assumido, ao mesmo tempo em que uma avaliação dos feitos da política indigenista deve presidir as discussões e tomadas de decisões futuras.

A Proposta de Emenda permite que os atuais proprietários das terras indígenas demarcadas no Paraná sejam indenizados pelo Estado, recebendo valor justo por sua propriedade, e, por consequência, acaba por resguardar a sociodiversidade, a variedade de suas formas próprias de representação política e a singularidade de seus movimentos políticos e organizações.

A aprovação da PEC permitirá a solução para um conflito onde todas as partes têm razão. São áreas onde residem e trabalham diversas famílias, as quais não devem ficar desamparadas pelo Estado.

Sendo assim, visando definitivamente a melhor forma de se atender os princípios que regem a Administração Pública, os Deputados que ao final subscrevem apresentam esta Proposição de Emenda à Constituição.

Para tanto, invocamos o apoio dos nobres Pares.

Designação**DESIGNAÇÃO**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo ao disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Vanderlei Iensen para representar esta Casa de Leis na visita ao Kennedy Space Center na segunda quinzena do mês de julho/06, data a ser definida, na Flórida, Estados Unidos.

Sala das Sessões, em 27.06.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Requerimentos**REQUERIMENTO Nº 1681**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a preferência de votação ao Projeto de Lei nº 194/06, Mensagem nº 032/06, item 11 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 27.06.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Nelson Garcia e Luiz Accorsi.

REQUERIMENTO Nº 1696

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a dispensa da Redação Final do Projeto de Lei nº 194/06, Mensagem nº 032/06, item 11 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 27.06.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1680

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.06.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1685

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transformação da Sessão ordinária de 28/06/06 em Comissão Geral de

Plenário, para discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 149/06, que dispõe sobre a equiparação salarial entre servidores públicos e 150/06, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos do quadro dos funcionários da educação básica da rede pública do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.06.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

Apoiamento:

Marcos Isfer, Natálio Stica, Jocelito Canto, Ratinho Júnior, Barbosa Neto, Ângelo Vanhoni, Elio Rusch, Padre Paulo Campos, Arlete Caramês, Reni Pereira, Valdir Rossoni, Augustinho Zucchi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Elton Carlos Welter, José Domingos Scarpellini, Durval Amaral, Waldir Leite e 01 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 1686

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia todo apoio institucional e também que o Plenário do Centro Legislativo Anibal Khury seja reservado dia 22 de agosto, terça-feira, a partir das 17 horas, para a realização de Sessão Solene comemorativa ao Dia do Soldado.

Sala das Sessões, em 27.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Soldado, aquele que responde ao chamamento da Pátria, atendendo à convocação para servir e conquistar, em toda a plenitude, a cidadania brasileira. A formação do soldado é global. Respeitando sua individualidade, o Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (Simeb), transforma-o num combatente consciente do seu dever perante a Nação.

O soldado sempre trabalha em equipe. O patriotismo e o conhecimento acerca da causa que defende dão-lhe a noção de seu próprio valor e o entusiasmo pela atividade que exerce. Solidário às crianças, sempre haverá um soldado - braço forte, mão amiga - a protegê-las.

Trabalhando em prol do desenvolvimento nacional, muitos soldados, ao regressarem à vida civil, levam, além da formação militar, uma profissão aprendida no quartel. Oriundo das mais diversas origens, o soldado brasileiro identifica-se com os problemas e com as aspirações do povo, do qual se distingue, apenas, pela farda.

Nosso respeito ao valoroso Soldado do Exército Brasileiro!

REQUERIMENTO Nº 1687

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia todo apoio institucional e também que o Plenário do Centro Legislativo Anibal Khury seja reservado dia 29 de agosto, terça-feira, a partir das 17 horas, para a realização de Sessão Solene

comemorativa aos cinquenta anos da Faculdade Católica de Direito do Paraná - atual curso de Direito da PUC/PR.

Sala das Sessões, em 27.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O curso de Direito da PUC/PR está entre os primeiros do Sul do Brasil. Iniciou em 2 de julho de 1956, pelas mãos da congregação Jesuíta, que quando da fundação da Universidade Católica do Paraná em 1959, fundiu-se com as demais faculdades de serviço social, medicina, enfermagem, filosofia e ao CEB.

Comemorar os cinquenta anos dessa escola de Direito é memorar parte importante do bacharelismo paranaense, que se faz necessário em tempos onde a história é quase que totalmente esquecida.

REQUERIMENTO Nº 1684

Senhor Presidente:

Os Deputados da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento de Marcos Antônio da Silva, ocorrido no dia 19 de junho, aos 26 anos de idade, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 27.06.06.

(aa) TADEU VENERI, PADRE PAULO CAMPOS e LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Elton Carlos Welter.

JUSTIFICATIVA:

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento da Bancada do PT, a Marcos Antônio da Silva, filho do líder sem-terra Diniz Bento da Silva, Teixeira, assassinado em Campo Bonito, em 1993.

Marcos faleceu em decorrência de complicação após um acidente de moto sofrido na quarta-feira, dia 14 de junho.

O corpo foi velado no Assentamento Sepé Tiaraju, em Santa Teresa do Oeste (região Sudoeste do Paraná) e foi enterrado dia 20, em Nova Cantu, ao lado do corpo de seu pai. Filho único de Dona Lúcia Mainko da Silva, Marcos deixa esposa e dois filhos.

REQUERIMENTO Nº 1682

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Pastor Haroldo Lourenço, alusivos aos seus dezesseis anos de pastorado e 48 anos como membro da Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Sala das Sessões, em 27.06.06.

(a) VANDERLEI IENSEN

REQUERIMENTO Nº 1683

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Sociedade Rural do Paraná, em razão da posse da nova diretoria.

Esta Assembléia Legislativa cumprimenta o Diretor-Presidente Alexandre Lopes Kireeff, bem assim o Diretor-Secretário, Ricardo Augusto Grassano, com votos extensivos aos demais integrantes da Diretoria.

A referida diretoria, com gestão 2006/2008, comemora também os sessenta anos de história da Sociedade Rural e esta Casa de Leis não deixaria de desejar-lhes sucesso nessa nova etapa.

Sala das Sessões, em 27.06.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1679

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Flórida, pelo transcurso, no próximo dia 25 de julho, de seus 46 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a Exma. Sra. Maria Aparecida Pirani Leoni, Prefeita Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Afonso Dalago, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Flórida.

Sala das Sessões, em 27.06.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando da alegria de toda a população de Flórida que no próximo dia 25 de julho de 2006 estará comemorando mais um aniversário de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo dos 46 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região.

Parabenizamos, portanto, através desta proposição, toda a população honesta e trabalhadora que continua dando a sua importante parcela de contribuição para o completo desenvolvimento do Município.

Por esta razão, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, congratula-se com a população, através deste Parlamentar certo de que continuarão na trilha do progresso.

REQUERIMENTO Nº 1692

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para a posteridade, ao Comandante do

Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, Coronel Almir Porcides Júnior e toda Corporação, voto de congratulações e aplausos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao referido Comandante, pelos relevantes serviços prestados à Corporação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná e também ao Comando-Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.06.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Cumpre-nos manifestar os nossos sentimentos de reconhecimento e gratidão pelos altos padrões de eficiência e profissionalismo demonstrados por essa Instituição, o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

No mostruário ambulante de centenas de rostos que cruzam conosco nas ruas, praças e avenidas, “ele” é apenas um homem comum como outros tantos desconhecidos. Sua presença faz parte de um contexto, de um minuto ou um segundo no vai-vem de vários destinos.

Apenas uma farda e um cinturão vermelho o difere dos demais! É um bombeiro... praticante assíduo de uma profissão árdua, cuja missão solidária é o seu lema de vida.

Nada o impede na luta de salvar vidas, nada o faz recuar no instante em que alguém pede a sua presença, nada é capaz de detê-lo em plantar novas esperanças no momento da dor, da lágrima e do perigo. Sem ostentar louros ou vaidades, o bombeiro dificilmente sabe enumerar as vidas que salvou...

No instante do sinistro ou da desgraça, a sua presença é como um bálsamo a aliviar o desespero e a agonia daqueles que necessitam de ajuda, mesmo que muitas vezes esse socorro venha lhe custar a própria vida.

Quantas outras vezes, também, a sua possível “demora” e chegar ao local onde foi solicitada a sua presença é criticada, sem que seja, no entanto, analisada a distância entre o sinistro e o seu reduto de trabalho...

Mas, nada disso importa ao bombeiro! O importante é que ele não falha, não foge ao grito de apelo, não ignora jamais o seu aprendizado disciplinar, cuja missão o enobrece perante os valores da vida.

E quando debeladas as agonias e renascidas outras esperanças, ele, o bombeiro, volta ao seu grupamento no quartel. Sua farda e o seu cinturão vermelho trazem o pó, o resíduo ou a água do trabalho realizado e da missão cumprida.

E o que impressiona nesse homem herói é a sua humildade que nem sequer faz pensar numa medalha ou num voto de agradecimento. Afinal, ele sabe muito bem que lá do alto uma voz lhe fala ao coração, dizendo carinhosamente: “obrigado, filho, por ter salvo outro filho Meu”.

E para que não fôssemos acoimados de ingratos, aqui estamos redigindo este modesto requerimento para prestar justa homenagem ao Comandante do Corpo de

Bombeiros e a toda a Corporação, que embora não corresponda à magnitude e à grandeza de seus méritos, servirá todavia, para testemunhar nossa gratidão imorredoura.

Que Deus em Sua magnitude e bondade de Pai, ilumine ao Comandante do Corpo de Bombeiros a a todos os nobres integrantes dessa honrada instituição.

REQUERIMENTO Nº 1688

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor e congratulações ao Sesi Paraná, na pessoa do Presidente da FIEP, Rodrigo Costa Rocha Loures; ao Diretor-Executivo do Sesi Paraná, José Antônio Fares; ao Presidente da Fundação Cultural de Curitiba, jornalista Paulino Viapianna; ao jornal literário, Rascunho, pelo lançamento e realização do Projeto Cultural Paiol Literário.

Sala das Sessões, em 27.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Paiol Literário tem por objetivo ampliar a inserção da cultura no meio industrial e também intensificar a presença das indústrias paranaenses em atividades e eventos de boa qualidade e alto nível, voltados para os trabalhos e para a comunidade. Os encontros acontecem uma vez ao mês, até dezembro e serão mediados pelo escritor e jornalista José Castello.

Escritores renomados já confirmaram presença no Paiol Literário: Affonso Romano de Sant'Anna, Luiz Alfredo Garcia-Roza, Milton Hatoum, Nélide Piñon e Luiz Antonio de Assis Brasil e o bibliófilo José Mindlin.

Seja este requerimento encaminhado ao Dr. Rodrigo Costa da Rocha Loures, Presidente da Fiep - Rua Cândido de Abreu, 200 - 6º andar - Curitiba-PR; CEP: 80.530-902; ao Diretor Executivo do Sesi Paraná, José Antonio Fares - Rua Cândido de Abreu, 200 - 6º andar - Curitiba-PR; CEP: 80.530-902; ao Jornalista Paulino Viapianna Presidente da Fundação Cultural de Curitiba - Praça Garibaldi, 7, CCEP: 80.410-250 - Curitiba-PR; Rogério Pereira, editor do jornal Rascunho, Rua Filastro Nunes Pires, 175 - casa 2; CEP: 82010-300 - Curitiba-PR.

REQUERIMENTO Nº 1689

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor e congratulações a Anthony Leahy, pela inauguração da Livraria Pedra da Gazeta, especializada na História do Paraná e nos autores paranaenses e paranistas, no 2º piso do Shopping Itália.

Sala das Sessões, em 27.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A livraria Pedra da Gazeta, espaço cultural que tem por objetivo concentrar toda a produção editorial sobre a

História e Estórias do Paraná, além de valorizar os autores paranaenses e paranistas.

Na Pedra da Gazeta, autores e artistas são tratados com o respeito e a admiração que merecem.

Afinal, sem autores não existiriam livros, nem livrarias....

Mas sempre existirão autores e livros!

Nesta livraria poderão ser encontrados os autores da Academia Paranaense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, do Centro de Letras do Paraná, do Centro Paranaense Feminino de Cultura, da Academia Paranaense de Poesia, entre outros. A Livraria Pedra da Gazeta oferece mensalmente aos usuários, a noite parnista, com trovadores, músicas e poetas!

LIVRARIA PEDRA DA GAZETA

ESPAÇO CULTURAL CANTO DO PARANÁ.

AQUI O PARANÁ SE ENCONTRA!

AQUI SE ENCONTRA O PARANÁ!

Seja este requerimento encaminhado ao escritor Anthony Leahy, Rua Mal. Deodoro, 630, Cj. 1503 - CEP: 80050-010.

REQUERIMENTO Nº 1690

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia a inserção nos Anais da presente sessão, de voto de louvor e congratulações à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, na pessoa do irmão Clemente Ivo Juliatto, pela inauguração do novo ambulatório do Hospital de Caridade, que terá capacidade de atendimento ampliada para 9000, aos usuários do SUS.

Sala das Sessões, em 27.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba é uma associação beneficente, sem fins lucrativos, inspirar nos preceitos da religião Católica Apostólica Romana.

Tem como finalidade precípua a prática das 7 Misericórdias Corporais e das 7 Misericórdias Espirituais e poderá praticá-las por meio de instituições de assistência social, cultural, médico-hospitalar e de ensino e pesquisa científica. O Hospital de Caridade, inaugurado em 1880 pelo Imperador Dom Pedro I, cumpre a finalidade da entidade mantenedora em atender os carentes, uma vez que 76% dos seus leitos são ocupados com pacientes do SUS.

Além da finalidade assistencial aos desvalidos, a aliança veio ampliar a sua atuação como hospital-escola.

O Hospital de Caridade funciona na Praça Rui Barbosa, nº 694. Responsável pelo atendimento de 52.815 consultas ambulatoriais, em 2000, o maior número dos últimos cinco anos. Durante o ano de 2000, foram realizadas 6.351 cirurgias. Este valor representa o maior dos últimos cinco anos, correspondendo a um acréscimo de 25,2% sobre o valor registrado em 1999.

Totalizando os internamentos, os atendimentos no ambulatório geral e de emergência 24h00, chega-se a um

valor de 82.640 atividades prestadas pelo Hospital de Caridade.

Número e Percentual de Atendimento em 2000

Origem: SUS - Convênio - Particular

TOTAL:

Internamentos: 8.177 71 3.251 28 160 1 11.588 100

Ambulatório Geral: 52.815 100 ---- 52.815 100

Emergência - 24h00: 1.357 7 16.117 89 89 763 18.237 100

Total: 62.349 76 19.368 23 923 1 82.640 100

A parcela de atendimentos correspondentes ao SUS, no Hospital de Caridade, foi de 76% em 2000.

A nova sede do ambulatório da Santa Casa, agora instalada no Hospital Nossa Senhoras da Luz, teve as instalações ampliadas, podendo atender mais de 9 mil consultas/mês do Sistema Único de Saúde.

O Centro Ambulatorial reúne 35 consultórios, sala para pequenas cirurgias com dois leitos, salas de coleta de sangue, fototerapia, exames complementares de cardiologia e de oftalmologia. Oferece serviços nas especialidades: cardiologia, oftalmologia, ortopedia, proctologia, otorrinolaringologia, cirurgias - cardíacas, plásticas, vascular, geral -, urologia, dermatologia, ginecologia, neurocirurgia, neurologia, anesthesiologia, hepatologia, ambulatório de obesidade mórbida, endocrinologia, nefrologia, nutrição e psicologia.

Seja este requerimento encaminhado ao Irmão Clemente Ivo Juliatto, como também a toda equipe do Hospital de Caridade Santa Casa de Misericórdia - Praça Rui Barbosa, 694 - CEP 80010-030.

REQUERIMENTO Nº 1693

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja oficiado à Sra. Lygia Pupatto, Secretária de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, para que proceda à nomeação de docentes aprovados no 25º Concurso Público para o curso de Administração, Campus Unioeste de Francisco Beltrão.

O referido pedido se justifica pelo fato de que, embora aprovados em concurso público no mês de fevereiro do corrente ano, seis professores não foram empossados e nomeados, o que está acarretando prejuízos aos acadêmicos em especial. A preocupação externada através do abaixo assinado, que encaminhamos em anexo, assinado por professores, alunos e sociedade solidária, demonstra a necessidade de se fazer as nomeações, bem como, expõe claramente os prejuízos que a falta dessa nomeação está trazendo aos alunos daquele campus da Universidade.

A principal preocupação fica a cargo do período eleitoral que trará, por um período determinado, impedimento legal para nomeação e, portanto pedimos a V. Exa. especial atenção com o Curso e com a sociedade acadêmica da Universidade - Campus de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 27.06.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 374/76

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a entidade filantrópica denominada Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família de Cambira, com sede no município de Cambira, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.06.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78 com as alterações dadas pelas Leis 8589/87 e 12816/99, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cívis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná, estamos apresentando a presente proposição, para declarar de Utilidade Pública a Associação de proteção à Maternidade, à Infância e à Família de Cambira, com sede e foro no município de Cambira/PR.

Fundada em 24 de agosto de 1968, a entidade tem por objetivo e finalidade, de acordo com seu estatuto, promover o bem social da família, assistindo em particular, a maternidade, a infância, a adolescência e a terceira idade, através de programas, ações e serviços voltados às áreas sociais, de saúde, de educação, da formação profissional, da segurança alimentar e nutricional, da promoção do voluntariado, da promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, da experimentação não lucrativa, de novos modelos sócios-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e crédito e estudos e pesquisas, do desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos. A entidade, segundo relatório, atendeu 184 crianças em 2005, 150 idosos, 30 gestantes com acompanhamento total, pré-natais e os cuidados necessários ao recém-nascido.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 375/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Agência Regional de Desenvolvimento - ARD, com sede e foro no município de Mandaguari - Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.06.06.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade a Agência Regional de Desenvolvimento - ARD, que tem por finalidade atender a interesses dos moradores do município de Mandaguari e região

Essa agência tem por finalidade promover integração e promoção das entidades do terceiro setor, desenvolver atividades para implementar a econômica do município, com propostas e alternativas de projetos e programas; elabora e desenvolve programas e projetos culturais, educacionais, esportivos, de saúde e segurança; atividades de treinamento, capacitação e atualização profissional; desenvolve atividades em parceria com as associações de bairro e de classe para geração de emprego e renda; organização de debates, feiras, seminários, congressos e exposições; entre outras.

Pelo exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

Grande Expediente:

Homenagem ao Sinsepar - Sindicato das Secretárias e Secretários do Paraná

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos antecipar o Grande Expediente, a pedido da Deputada Elza Correia, proponente da homenagem ao Sinsepar.

Com a palavra Deputada Elza Correia.

Proponente: Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quero agradecer a presença de Ideivalter Gomes de Carvalho, representando aqui o nosso Vice-Governador Orlando Pessuti. Agradecer Valdez Alu, que representa o Vice-Prefeito Luciano Ducci.

Resolvemos fazer essa homenagem, um apoio para uma categoria que consideramos de fundamental importância. A pedido do Sindicato das Secretárias e Secretários do Paraná, filiados à Fenasec - Força Sindical. Uma categoria que vem lutando há muito tempo no país para que a profissão de secretária e secretário seja regulamentada, e que seja criado um conselho nacional de secretária/secretário.

Atendi com muito prazer a solicitação da Doralice, que está aqui conosco, Presidente do Sindicato, porque temos no Brasil dois milhões de trabalhadores nessa área.

No Paraná são cinquenta mil profissionais, que não têm a sua profissão regulamentada do ponto de vista da Federação.

Isso é importante, porque proporciona à categoria várias questões. Vejam, lá em Brasília esteve batalhando o conselho de sindicato de secretárias e secretários determinados para que o projeto de lei do Ministério do Trabalho (já está protocolado), seja sancionado para que a categoria possa exercer a sua função como qualquer outra.

Fui secretária, e no Brasil a maioria dos profissionais dessa área são mulheres, assim como os professores. Sabemos que a secretária é a alma da instituição. Na verdade ela é a interlocutora entre a empresa e a sociedade civil.

Doralice, considero de fundamental importância o seu pleito. De fundamental importância o apoio que temos que dar para que vocês consigam que seja resolvida essa questão em Brasília. Que a profissão tenha seu código de ética.

A Assembléia não poderia se furtar de atender à solicitação de uma categoria importante, que respeitamos tanto e que, sem dúvida nenhuma, aqui nesta Casa contamos também com o apoio de todo um setor de secretárias, assessores. Sabemos que seria impossível exercermos a nossa militância, a nossa função, a nossa ação parlamentar, sem que tivéssemos nos nossos gabinetes pessoas fazendo toda a infra-estrutura, assessorando e secretariando.

Era isso que gostaria de manifestar, neste momento, e dizer que a Assembléia Legislativa sente-se honrada em fazer essa moção de apoio que, na verdade, foi apoiado não só por esta Deputada, mas por todos os Deputados e Deputadas da Assembléia Legislativa do Paraná.

Parabéns a você! Parabéns às profissionais; e leve a elas o nosso abraço. Obrigada!

Homenagem

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Nereu Moura, que proceda à leitura dos termos da moção de apoio ao Conselho Federal de Secretariado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(**Lê moção de apoio**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência convida a Deputada Elza Correia para que proceda à entrega da moção à Sra. Neuralice César Maina, Presidente do Sindicato dos Secretários do Paraná.

(**Procede à entrega da moção**)

Oradora:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra à Sra. Neuralice César Maina, Presidente do Sindicato dos Secretários do Estado do Paraná.

Sra. Neuralice César Maina

A SRA. NEURALICE CÉSAR MAINA

Exmo. Sr. Deputado Hermas Eurídes Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Nereu Moura, 1º Secretário da Assembléia Legislativa; Exmo. Sr. Geraldo Cartário, 2º Secretário da Assembléia Legislativa; Exma. Sra. Deputada Elza Correia, Presidente do Conselho Estadual da Mulher, Gestão 2004-2006. Saudando-a, cumprimento todas as Deputadas e Deputados, autoridades e convidados especiais.

Em nome da Federação Nacional das Secretárias, Bernadete Leutie, Presidente, e da Diretoria do Sindicato das Secretárias do Paraná, agradecemos à Deputada Elza Correia pela iniciativa e apoio às nossas entidades de classe e, principalmente, aos profissionais e estudantes de secretariado que não medem esforços para buscar a qualificação e a formação profissional para atuar com excelência no complexo mercado de trabalho.

Para exercer a profissão de secretariado é necessário ter o curso de formação técnico-tecnológico e bacharelado em Secretariado Executivo, para cumprir a legislação da profissão que, no ano passado, completou vinte anos.

Temos, no Paraná, vinte e dois cursos superiores e vinte e cinco técnicos em escolas particulares e na rede pública de ensino. Para conseguir a formação profissional temos, agora, os cursos à distância e, neste ato, agradecemos a iniciativa do professor Wilson Picler, Diretor-Geral da Faculdade Internacional de Curitiba, que lançou o curso de tecnologia à distância favorecendo a formação profissional de todas as secretárias de setores públicos e privados de todos os municípios do Paraná e do Brasil. Temos a formação, agora precisamos da valorização da nossa profissão.

Nos últimos anos a Federação Nacional das Secretárias, representada pelos 23 sindicatos estaduais, lutam por mais este reconhecimento.

Já temos a legislação da profissão, já temos o código de ética e mais de dois milhões de profissionais no Brasil anseiam pela urgente aprovação do Conselho de Classe.

Solicitamos então, o incondicional apoio dos Parlamentares à aprovação do Conselho Federal do Secretariado, para que possamos atuar em igualdade às melhores profissões do nosso país.

Que Deus nos abençoe a todos e a todas.
Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta Presidência deseja agradecer a presença das autoridades, dos membros do Conselho Federal de Secretariado que aqui compareceram, honrando e dignificando o Poder Legislativo.

Suspendo a Sessão para os cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Reiniciando os trabalhos, hoje tínhamos também a convocação do Diretor da Ferroeste, Dr. Samuel Gomes dos Santos.

Vou fazer um apelo ao autor da solicitação, Deputado Scarpellini, estamos, hoje, conforme requerimento de V. Exa. aprovado por esta Casa, para ouvirmos o Sr. Samuel Gomes dos Santos, Diretor-Administrativo e Financeiro-Jurídico da Estrada de Ferro Paraná/Oeste - Ferroeste. Ele está na sala ao lado, aguardando para fazer o seu depoimento.

Mas, faria um apelo a V. Exa., pediria a sua compreensão no sentido de deixarmos para ouvi-lo, posteriormente, em uma data a ser estabelecida em comum acordo com V. Exa.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, vejo aí uma certa dificuldade nessa situação, uma vez que isso já vem se arrastando há alguns dias. Gostaria saber de V. Exa., se foi convocado o Secretário Rogério Tissot. Porque a convocação é tanto do Secretário Rogério Tissot, quanto do Diretor-Jurídico e Administrativo da Ferroeste.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi convocado. Ele já me ligou que está a caminho. mas, também confirmei a ele e queria fazer esse apelo a V. Exa. Hoje, temos uma Sessão até ao meio-dia - teremos o jogo do Brasil - e seria muito difícil mantê-la até depois deste horário.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu gostaria de saber se esse apelo de V. Exa. é seu ou é da Comissão Executiva.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu estou fazendo o apelo, em meu nome, como Presidente da Casa.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Não tenho outra alternativa diante dessa situação criada. Porque a convocação é para as 10h30, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Sr. Samuel já está, aqui.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Deixo nas mãos de V. Exa. Dou uma de Pôncio Pilatos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradeço a V. Exa. Vamos deixar para ouvi-lo, então, no reinício das Sessões do mês de agosto.

Agradeço a V. Exa., que tem sempre demonstrado ser realmente um Deputado muito compreensivo nessas nossas solicitações.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

V. Exa. pode comunicar isso a todo o meu eleitorado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estou à disposição. É só arrumar os meios de comunicação.

Quero anunciar a presença do Delegado e Presidente da Câmara de Palotina, companheiro Valtecir, que nos honra com a sua presença.

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não posso declinar da palavra, na manhã de hoje, em função do que vem acontecendo, na questão da disponibilização das vagas de leitos de Unidade de Terapia Intensiva no Estado do Paraná.

Perdemos, Deputado Geraldo Cartário, Sras. e Srs. Deputados, um colega radialista, Irineu Serbin, da Rádio Cultura Serbin, do município de Ribeirão do Pinhal, que foi acometido de um mal súbito. Sr. Presidente, V. Exa. o conhecia - um dos ícones da luta política partidária, membro do nosso PDT.

Irineu Serbin teve que ser atendido a 150 quilômetros de distância do seu município, porque lá não encontrou vaga. Ele foi a Arapongas. Poderia ter ido a Cornélio Procopio, a Ibaiti, a Iporã, a Londrina, mas foi a Arapongas.

Todos sabem que a demora no socorro para questões cardíacas é preponderante para salvar, para evitar que a pessoa morra em um caso como esse. Lamentavelmente, essa situação não só se coaduna no caso de uma figura conhecida de todos nós, como era o Irineu Serbin, a quem presto uma homenagem, também, na manhã de hoje. Mas isto já é uma tendência crônica, em todas as centrais de leitos de UTI do Estado do Paraná.

Tenho denunciado isso desde o início do meu mandato. Se o Governo tivesse investido em respeito à Emenda Constitucional, os 12% que são arrecadados na área de saúde, essa situação teria sido evitada. Se o Governo deixasse de distribuir de forma política as ambulâncias para os municípios que têm apoio do

Governo, essa situação teria sido diferente. Por que não investir na base com leitos de hospitais, UTI ou não, nos hospitais regionais, nas Santas Casas?

Vejam o que está acontecendo no Hospital Cristo Rei, em Iporã, que não tem médico pediatra há dois meses.

Em Londrina, sete pessoas esperavam na fila por um leito de UTI e não havia - teria que ser mandado para Maringá, para Ivaiporã ou para outras cidades. Falta de planejamento é a única alternativa para se encontrar uma resposta para esses casos!

No hospital da zona norte, no hospital da zona sul, em Londrina, macas na sala de gesso, e seis horas é o tempo médio de espera para atendimento nesses hospitais.

Ora, senhoras e senhores, vejam o que aconteceu nesta capital: a Sra. Jordelina da Silva Branco, de 74 anos, passou 22 horas dentro de uma UTI móvel, com atendimento particular, a Ecco Salva, por falta de leitos hospitalares de UTI na rede municipal e estadual. Até quando vamos ver passivamente os nossos doentes morrendo e o Governo abusando da propaganda - sendo inclusive proibido pela Justiça - esse uso abusivo de propaganda, e as pessoas morrendo nas macas, nas portas de hospitais ou até mesmo dentro de uma ambulância, como foi o caso da Sra. Jordelina da Silva Branco, e a sua filha vai acionar o Estado e, com certeza, vai conseguir na Justiça reparar pelo menos o dano moral que causou, porque a saúde é obrigação do Estado.

Senhoras e senhores, quem vai pagar a conta dessa indenização é o povo do Estado do Paraná.

Para que mais pessoas não continuem morrendo, fazemos esse apelo ao Governo do Estado: que se preocupe com a nossa saúde, para que mais pessoas tenham direito à vida e ao atendimento digno dos hospitais do nosso Estado.

É o alerta, é o pronunciamento que faço na manhã de hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado José Domingos Scarpellini, no Pequeno Expediente.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Vimos aqui o grito de alerta do Deputado Barbosa Neto com relação à saúde pública, com relação à falta de leitos nos hospitais. É gente morrendo dentro de ambulância, é intervenção em hospital de crianças de Ponta Grossa, é ambulância servindo de UTI, onde as pessoas ficam até vinte horas, recebendo o tratamento que deveria ser dado em um leito de hospital.

Mas, se pegarmos o relatório da Secretaria da Saúde do Estado, vamos ver que tudo está uma maravilha. Lá em Apucarana não tem um Melhoral, não tem um remédio para se dar a um doente, e Sonrisal passou a ser novidade muito grande na cidade. Sei que a situação é dramática! Os doentes são consultados, dá-se uma receita e não existe nenhum tipo de atendimento para o suprimento de medicamentos que deveria ser feito pela municipalidade, pelo Governo do Estado do Paraná. Mas, se pegar o discurso do Prefeito da minha cidade ou dos responsáveis pela saúde na região, parece que está tudo resolvido.

Então, a saúde pública no Paraná está nas mãos das benzedeiras, das parteiras, dos curandeiros e dos pajés de plantão. É chá de cipó, é chá de folhas, porque remédio não existe, internamento não existe, e médico passou a ser uma das coisas mais difíceis de se encontrar. É uma situação dramática, realmente, o estado da saúde no Paraná. Mas, o Sr. Secretário e o Sr. Governador continuam a afirmar que a saúde vai muito bem. Não se sabe a saúde de quem, mas a saúde do povo, do trabalhador que depende do SUS, que depende do remédio público para se curar e para aliviar a sua dor, é um caso de polícia, não é mais um caso de médico e de hospitais.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem vimos a festa, aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pelo lançamento da candidatura de Osmar Dias pelo PDT. O lançamento dessa candidatura é a certeza de que teremos segundo turno no Paraná. É a certeza da vitória das Oposições. É a certeza que não vamos precisar elaborar o plano mínimo de governo do PSB, de Severino Araújo, que nessas alturas sai para federal, não precisa ser candidato a Governador do Estado, porque com a candidatura de Osmar Dias, pelo PDT, com a candidatura de Rubens Bueno, pelo PPS, com a candidatura de Flávio Arns, pelo PT, com a somatória do braço do PSDB, a eleição vai para o segundo turno. E lá, vamos pegar o Governador do Paraná cansado do seu esfarrapado discurso e promessas, e vamos ganhar as eleições no Paraná. Vai ser a união das Oposições. A vontade maior do povo marginalizado deste Estado que estará presente naquelas urnas eletrônicas para digitar um NÃO ao Governador atual, que busca a sua reeleição a todo custo.

De Paranaguá - onde o atual Governador tem a administração do Porto na mão do seu irmão - a Guaíra, ontem foi uma voz só, uma voz de vitória. E o PSB, Partido que eu pertencço, ainda não definiu com quem coliga, mas vamos estar juntos na oposição para poder falar a voz e o grito das ruas, que é o grito do NÃO ao Governador Roberto Requião.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário das Lideranças: Bloco PP/PSB; PTB/PL/PMR; PPS; PFL; PSDB.

(**Declinam**)

PDT: com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em dezembro de 2004, um Decreto do Governo do Estado, de nº 3896/04, concedia um abono de trezentos reais para os servidores das universidades estaduais e das instituições de ensino superior do Estado do Paraná para ativos e inativos. Foi uma medida pontual, justa, para corrigir a injustiça cometida no Governo anterior de oito anos sem reajuste para essa laboriosa categoria, que eu diria imprescindível até para a construção do pensamento livre, do pensamento tecnológico, do preparo de novos paranaenses e brasileiros para o mercado de trabalho.

O abono não resolver os problemas, mas, pelo menos, veio amenizar a terrível situação desses servidores. Da cidade de onde eu venho, Londrina, a Universidade Estadual chegou a ficar seis meses em greve em função de um protesto contra o descaso do Governo passado para com essa categoria. Porém, o plano de carreira, cargos e salários que tanto lutamos e discutimos em audiência pública, através de encontro pessoal no Palácio Iguaçu com o Governador Roberto Requião, seria, ou deveria ser uma panacéia para aliviar os problemas dessa categoria. No entanto, o PCCS para os inativos, para os aposentados, acabou significando um duro golpe à categoria, lamentavelmente!

Em maio passado, um grupo de servidores aposentados teve o seu abono interrompido, o que significou um desespero para aquelas pessoas que deram os melhores anos de suas vidas para o Estado que, inclusive, estão com seqüelas, com problemas de saúde e deixam boa parte das suas aposentadorias nas farmácias, em consultas médicas ou até com tratamentos fisioterápicos. Essas pessoas são as mais prejudicadas! A Parana Previdência foi consultada, a Emenda 41, infelizmente, não assegura esta paridade entre os servidores da ativa e os inativos; portanto, estão desamparados os aposentados com a suspensão desse abono!

Tenho, inclusive, um documento oficial do Sindicato dos Servidores Técnicos Administrativos da Unidade Estadual de Londrina que é, na verdade, um abaixo-assinado pedindo ao Governo do Estado para reconsiderar esta situação. Anexo a este documento estão também dois holerites de um servidor de nome Walter Boronhetti. Ele, que por uma atividade de quarenta horas semanais, ocupando cargo de agente universitário, auxiliar de agropecuária, percebe um salário líquido mensal de R\$ 285,00 nesse último mês de maio, quando foi suspenso o abono. Quando o abono estava em vigor esse mesmo servidor recebia o valor líquido de R\$ 515,79.

O Governo do Estado aprovou e nós ajudamos, o salário-mínimo paranaense, para os servidores, na ordem

de R\$ 580,00, mas isto está sendo desrespeitado através desses documentos que trazemos na manhã de hoje e que já foi aprovado também, através de requerimento de autoria deste Deputado, pedindo a reconsideração ao Governo do Estado em relação à suspensão do abono.

Nós não podemos sacrificar, ainda mais, os servidores que recebem mais uma carga que não têm condição de suportar! Aqueles que estão inativos hoje, merecem esta paridade e o apelo que fazemos, através de requerimento, não apenas de nossas palavras, nesta manhã, Sras. e Srs. Deputados, é para que o Governo corrija esta distorção.

Não é justo penalizar ainda mais os servidores inativos retirando deles um direito garantido através de abono, que foi um socorro emergencial, mas que o PCCS, infelizmente, não pode suprir; e portanto, deve ser corrigido. É um apelo que fazemos na manhã de hoje. Já entramos em contato com o Presidente da Suel, Itamar Nascimento; nós, que estivemos juntos em todas as lutas dessa categoria, estaremos também na manhã de hoje votando junto com os professores na questão da equiparação salarial, na questão do plano de carreira também.

Temos que nos somar a esta luta e encontrar caminhos que possam contornar a situação. Não um discurso irresponsável, demagógico, de quem quer jogar para a torcida. Mas, é uma questão de sobrevivência de pessoas que estão aí nos seus últimos anos de vida e que na aposentadoria deveriam gozar pelo menos de algumas vantagens, mas que estão sendo desperdiçados. Há que se fazer uma correção e é o apelo que fazemos na manhã de hoje, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que o nosso pronunciamento encontre eco no Palácio Iguaçu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário do PT, Sr. Deputado Ângelo Vanhoni.

Liderança do PT: Deputado Ângelo Vanhoni

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros visitantes.

Subo à tribuna, em primeiro lugar para saudar os nossos visitantes, dizendo que a Bancada do Partido dos Trabalhadores votará favoravelmente aos Projetos nº 149 e 150.

Em segundo lugar, agradecer o apoio da Comissão de Justiça da Casa, em especial ao Presidente e a todos os seus membros, ao relator, Deputado Reni Pereira: à Presidência da Comissão de Educação, à Deputada Elza, que fizeram todos os esforços para que o projeto que tramitou ontem em 2ª discussão, que introduz de forma obrigatória as disciplinas de Filosofia e Sociologia no ensino médio do Estado do Paraná, fosse aprovado nesta Casa de Leis.

Como já afirmei em outra oportunidade, esta é uma tendência das escolas em todo o Brasil. Dezesete Est-

dos da União já têm essas disciplinas de forma obrigatória, seja por decisões de Assembleias Legislativas, seja por resolução dos Conselhos Estaduais de Educação, porque há um movimento no corpo docente e naqueles que se preocupam com a educação brasileira, que a Filosofia e a Sociologia, na sua volta ao ensino médio, poderão de forma substantiva ajudar na formação de nossos jovens para que, enquanto cidadãos, possam exercer de maneira livre, crítica, o exercício da razão, que é o que nos distingue de todos os outros animais no planeta Terra.

Por isso, quero agradecer o apoio dos Deputados, o apoio do Deputado Barbosa Neto que também envidou todos os esforços para que este projeto fosse aprovado em todas as Comissões e tivesse o êxito que teve aqui no Plenário da Assembléia.

Fazer um apelo para que o Governo do Estado sancione-o. A Secretaria da Educação deve, agora, no mês de agosto, lançar dois livros didáticos, na área de Sociologia e outro na área de Filosofia. Isto porque a grande maioria das escolas de ensino médio no Estado do Paraná já têm como matéria complementar essas disciplinas.

Ora, se assim o é, vamos de forma legal, legítima, que o Conselho Estadual de Educação discipline isso de forma perene, obrigatória, para que todas as escolas, daqui para frente, possam organizar os seus currículos, a sua grade, com essas disciplinas.

Sr. Presidente, passo o restante do meu tempo ao Deputado André Vargas que gostaria de fazer uma discussão a respeito dos dois projetos de interesse dos professores e da educação, que estão tramitando na Assembléia.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Sr. Presidente, coloco três problemas que me preocupam. Os dois projetos que vamos votar por acordo hoje, votem contra ou favorável, vamos fazer um debate sobre eles. Tem uma circunstância que me preocupa ainda mais do que essa situação, que é aquilo que tenho chamado de uma perseguição política injusta, contra a direção sindical da APP Sindicato.

Hoje, o Presidente licenciado, José Lemos, está em Cascavel, porque teve que assumir o padrão. A Marlei está aqui, ainda resistindo, mas deveria estar em Maringá. O Paixão deveria estar em Londrina, mas está aqui, resistindo. Qual é a importância de uma direção sindical? Uma liderança sindical, como a liderança política, não se forma da noite para o dia. Ela é construída no voto direto, dentro da legislação vigente e não vimos e alertamos o Líder da Oposição, o Líder do Governo, o Presidente Hermas Brandão, da preocupação que temos com esse tipo de prática, porque, ao atacar dirigentes, está se atacando a categoria, porque ela os escolheu.

Portanto, há uma preocupação, porque esse método nós não assistimos. Conversava agora com o Líder do Governo e a ele falava: "Vocês são governo lá em Brasília", mas não tem um caso sequer, mesmo nos momentos mais tensionados à ocupação do INSS, onde

esse tipo de prática de afastamento, de subordinação foi praticado. Isso se reverte contra o Estado do Paraná. É notícia ruim. Ruim para a democracia, para esta Casa, quando apenas alguns Deputados levantam a voz contra esse tema.

É lamentável que tenhamos que, mesmo na base do Governo, mesmo sendo do Partido do Governador, fazer ouvido moucos para essa perseguição e isso se manifesta no silêncio que nos incomoda.

Deputado Nereu Moura, Deputada Elza Correia: O Deputado Nereu Moura já ocupou esta tribuna e eu não era Deputado, para se manifestar contra a injustiça no Estado. Agora, vejo o silêncio! A Deputada Elza Correia também tem tradução democrática e eu não vejo uma palavra sequer e isso me incomoda, Sr. Presidente. Incomoda o silêncio nosso, o silêncio da Casa para algo que é inadmissível. Nem na época da Ditadura, tal coisa ocorreu.

Volto a dizer. Isso se volta no processo histórico, Deputado Vanhoni, e V. Exa. sabe bem disso. Volta no processo histórico, contra o governante que assim o faz, volta porque, divergências são naturais e se vale para um líder sindical, valeu para ataque a Deputados aqui, valerá para um ataque a esta Casa. Nem em regimes fascistas vividos por este país, vivenciamos isso.

Citei alguns nomes, esqueci outros, dirigentes importantes que aqui estiveram. Portanto, preocupa-me, Deputado Ângelo Vanhoni, e o debate do projeto nós vamos fazer. Professores que não têm direito para o vale-transporte, que têm dificuldade de crédito em função do reajuste do salário mínimo regional. Têm professores que ganham quase idêntico ou um pouquinho mais que o salário mínimo no Estado, para educar os nossos filhos. Dificuldades muitas, mas isso vamos debater logo em seguida. Trago esse problema que acho que é, politicamente, muito grave.

Muito obrigado.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Deputado Ângelo Vanhoni, concede-me um minuto?

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Já vou conceder um aparte ao Deputado Tadeu.

Antes, gostaria de alertar à Bancada que dá sustentação, em especial ao PMDB. É um erro gravíssimo que está acontecendo em relação à APP. É inadmissível, do ponto de vista daquilo que entendemos de direito, de democracia. Quem deve decidir se um diretor de sindicato deve estar disponibilizado é a própria APP. Não podemos aceitar que o Estado interfira de tal maneira, como está dizendo para o meio sindical: O Presidente pode estar liberado, ou não.

Quem tem que decidir isso é a categoria! É a categoria! Nós lutamos durante o regime militar contra a ditadura neste país, que determinava as normas, como os centros acadêmicos dos universitários, como os diretórios

centrais, como os sindicatos deveriam se portar na sociedade.

Então, não podemos admitir, acho que há uma incompreensão do papel do Estado em relação ao sindicato, sobretudo, dos servidores públicos.

O Governo está errando ao fazer uma punição por diferenças políticas com a direção do APP, aos seus líderes, seus representantes. É preciso rever essa postura. Então, peço ao PMDB, peço aos Deputados Dobrandino, Elza, Nereu, Rafael Greca, a toda a base do PMDB, que conversem com o Governador.

É inadmissível que o Presidente da APP tenha que voltar à sala de aula, por causa de um problema político entre o Governo e a APP.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Pela ordem, Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para ajudar nesse processo que já foi feito aqui o debate tanto com o Deputado Ângelo Vanhoni, como o Deputado André Vargas.

Diversos Deputados de todos os Partidos, inclusive, de V. Exa. assinaram, o Presidente Hermas Brandão é o principal securitário. Assinaram um projeto, para que revogemos o parágrafo único do artigo 3º da Lei de 1994, que determina esse afastamento, para todos os servidores públicos.

Estamos colocando isso, porque acredito que podemos, através de um atendimento aqui na Assembléia Legislativa, votarmos, amanhã, esse projeto. Daí darmos base legal, inclusive, para que o Governo possa rever essa sua posição.

Só estou colocando isso, Sr. Presidente, porque acredito que esse é um debate que será feito no dia de amanhã, mas já podemos antecipá-lo hoje, com todas as bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra a Deputada do PMDB, Elza Correia.

Liderança do PMDB: Deputada Elza Correia

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, trabalhadores da educação:

Não estou aqui na Plenária, porque essa não é a primeira vez que falo em defesa da categoria e, não também, porque o meu nome foi colocado pelos Deputados André Vargas e Vanhoni como silenciosa, em relação a esta questão. Eu não admito isso!

Porque na verdade, não tenho tradição democrática, tenho um currículo político que me legitima a dizer que fui uma das pessoas que, durante o processo da dita-

dura militar neste país, lutei junto com homens e mulheres, pela redemocratização do país e para liquidarmos com a ditadura militar.

Portanto, é muito ofensivo quando ouço aqui, e os que não me conhecem podem achar que é verdade, que sou silenciosa e antidemocrática. Não cheguei até aqui impunemente, através de favor de ninguém. Cheguei até aqui em função de luta de uma vida inteira de participação em momentos cruciais da vida deste país, que muitos que fazem discurso não participam, não experimentaram o sabor amargo da ditadura, da violência e das prisões.

Portanto, quero deixar isso consignado aqui na Casa.

Segundo, como Presidente da Comissão de Educação, cargo que assumi desde o início de meu mandato aqui na Assembléia Legislativa.

E antes disso, junto com a APP, os colegas educadores estão aqui e sabem disso, que sempre estive ao lado da categoria, na defesa da categoria e temos participado de reuniões junto com o Dr. Iatauro, pedido a intervenção deles para que essa questão dos processos administrativos seja resolvida.

Particularmente, acho um absurdo, não combina e não faz parte das ações do Governo Roberto Requião. Quando assumi, eu me lembro, junto com o Lemos, tivemos uma reunião, ainda quando Caíto Quintana era Chefe da Casa Civil, para que fosse resolvido o problema de professores, alguns inclusive da direção da APP que estavam com processo administrativo do Governo anterior em função de manifestações.

O Governador Roberto Requião, naquele momento, foi incisivo em pedir que aqueles processos não fossem considerados, que os professores fossem liberados,

Por isso, hoje, como alguns colegas, achamos uma contradição, porque também fui sindicalista, tive uma participação no Movimento Sindical e acho abominável essa atitude, não combina, efetivamente. Mas, não estamos em silêncio. Se ocupo esta tribuna para falar sobre isso, é porque tenho consciência que, junto com o pessoal da APP, temos feito várias reuniões com os representantes do Governo, infelizmente com a ausência da Secretaria da Educação para tratarmos de várias questões relativas à educação.

Portanto, é preciso, é necessário que eu diga isso para não parecer que faço parte dos silenciosos e daqueles que estão aqui a serviço de pessoa física. Já usei esta tribuna e disse - sou da base de sustentação do apoio ao Governador Roberto Requião, porque concordo e sou signatária de vários programas, políticas públicas do Governador Requião, mas não estou aqui a serviço de pessoa física do Governador, portanto, tenho as minhas opiniões e faço necessário distanciamento entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Sinto-me ofendida quando ouço, por exemplo, insinuações de que um dia fui democrática, um dia tive uma participação política e hoje estou me recolhendo.

Não acho bom, acho isso contraproducente, tenho estado e estarei ao lado da categoria, dos professores, porque sem dúvida nenhuma, sabemos que falar em democracia implica substancialmente em respeitar a categoria, respeitar acima de tudo os sindicalistas que falam pela categoria.

Portanto, essa é minha opinião.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT) (Aparte)

A senhora é testemunha do carinho e do respeito que tenho por V. Exa. Não pela pessoa com quem aprendi a conviver e a conhecer, mas pela sua história e pela grandeza de todas as suas atitudes na história da sua vida. Sou testemunha de que a senhora está do lado daqueles que precisam mudar a vida neste Estado e neste país.

Quando fiz menção ao seu nome, entenda que foi com objetivo de procurar aqueles que são mais próximos do Governador do Estado, da administração do Estado, de tentar demonstrar um erro que está se procedendo, a injustiça que está se procedendo contra um princípio que não podemos abrir mão. A liberdade e a autonomia sindical é o valor da democracia, não pode estar circunscrito a qualquer problema político de ordem e de natureza temporal.

Temos que corrigir a injustiça que está sendo feita com a APP, é nesse sentido, e a senhora é grande nesse processo. A senhora é Presidente da Comissão de Educação, sempre está ao lado e quando realcei o seu nome é porque eu, e outros Deputados que pensam dessa maneira, queremos que a senhora nos ajude mais do que já tem nos ajudado.

Muito obrigado.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Obrigada.

Inclusive temos a palavra do Dr. Iatauro, que falou na presença do Paixão, acho que estava a Saionara, Marlei, o Miguel, quando ele disse que, pessoalmente, conversaria com o Governador para que essa questão dos processos administrativos fosse solucionada. E pedimos isso a ele, e vamos continuar pedindo.

Não é possível continuarmos com essa pendência tão desagradável que contrapõe a tudo o que tem sido feito no nosso Governo em relação à educação, e o que mais terá que ser feito. Porque se nós não conseguirmos agora, temos dois projetos hoje, mas se não conseguirmos a questão da equiparação salarial neste momento, não vamos desistir, porque eu, particularmente, somo-me aos professores, à APP e aos Deputados desta Casa, porque não há nenhum Deputado aqui, dos cinquenta e quatro, que esteja aceitando que não há necessidade da reposição salarial dos professores, tampouco o Governador Roberto Requião, com quem temos conversado, porque o plano de cargos e salários dos professores foi o primeiro, o último foi da Polícia Civil, do Iapar e da Emater, e portanto, seria o momento de revermos a questão salarial. Mas, os argumentos do Governador Requião

são os argumentos relativos à questão de caixa. Mas, temos a obrigação política de continuar defendendo incondicionalmente o pleito dos professores.

O Sr. Natálio Stica (PT) (Aparte)

Deputada Elza, quero me solidarizar com V. Exa. e dizer do seu empenho nesse sentido.

E aqui, como sindicalista que fui, na maior parte da minha atuação política, foi como sindicalista, muito mais do que como Parlamentar; e aqui quando discutimos, e eu que tive oportunidade de ser Líder do Governo, e junto com V. Exa. por muitas vezes estivemos discutindo e nos ajudando mutuamente para o bem do Estado do Paraná, sei que continua um grande problema que é a assessoria do Governador. E quando a assessoria do Governador manda uma medida que visa inviabilizar a liberdade e autonomia sindical, que é uma das coisas mais sagradas que há na classe trabalhadora, é de ficar preocupado.

O Governador continua com uma assessoria que me preocupa. Portanto, quero dizer que parte da Bancada de apoio ao governo não consegue tolerar uma intransigência da assessoria, que coloca o Governador numa situação complicada. Repito, liberdade e autonomia sindical, porque quem deve definir quem são os diretores liberados é a categoria que o sindicato representa e não é o patrão, ou no nosso caso o Governador que é Chefe do Poder executivo, e, sim, a sua base é que deve dizer se são três, seis, nove, ou quantos anos a liberdade para esse pessoal fazer o trabalho sindical.

Portanto, tenho certeza que esta Casa vai saber dar a resposta certa porque não vai deixar acontecer uma aberração, que inclusive é inconstitucional. V. Exa. muito bem tem feito essa defesa e tem o nosso total apoio. Liberdade e autonomia sindical, a coisa mais sagrada. Devemos continuar fazendo esta defesa.

Muito obrigado.

A SR. ELZA CORREIA (PMDB)

Obrigada. Gostaria de colocar o seguinte: quando foi discutido nesta Casa o projeto que pedia liberação de quarenta líderes sindicais para que pudessem trabalhar com segurança, com serenidade, com tranquilidade, havia uma dificuldade no Governo em aceitar esse número. Conversando com o Lemos, em várias reuniões, chegamos à conclusão de que quinze liberações seria de bom tamanho.

Fizemos uma emenda e foi aprovada nesta Casa, mas foi vetada pelo Governador. E aqui não conseguimos derrubar o veto.

É bom deixar consignado que temos feito a nossa parte. fica muito fácil usar o microfone e dizer o que quiser.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

Deputada Elza Correia, gostaria de apoiar o seu pronunciamento.

Muito obrigado!

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Muito obrigada, companheiro!

Quem não me conhece fica achando que a Elza Correia faz parte do grupo de massa de manobra, não tem opinião, não tem posição. Isso é muito desagradável e por isso senti necessidade de dizer que sou da base de sustentação, sim. Apoio o Governador Roberto Requião, com muita honra, porque ele tem feito um grande governo. Mas, também tenho autonomia para dizer que não concordo com essa questão da violência cometida contra os sindicalistas, com processos administrativos.

Tenho opinião! Não é porque sou da base de sustentação que vou concordar com tudo. Essa questão, por exemplo, acho absurda, principalmente para um governo que tem também tradição no processo de luta democrática e defesa dos direitos dos trabalhadores.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto)

Passaremos ao Horário da Liderança da Oposição.

(Declina)

Liderança do Governo.

(Declina)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 50 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria dos Deputados Jocelito Canto, Cleiton Kielse, Nelson Garcia e demais Deputados, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebido; Protocole-se; Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Deputados.**

Expediente subscrito pela Comissão Executiva, constante do expediente, designando o Deputado Vanderlei Iensen para representar esta Casa de Leis, em visita ao Kennedy Space Center, no Estado da Flórida, Estados Unidos da América, na 2ª quinzena do mês de julho/06 em data a ser definida. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Miltinho Pupio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1685, de autoria do Deputado André Vargas, com apoio dos Deputados Marcos

Isfer, Natálio Stica, Jocelito Canto e demais Deputados constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária do dia 28.06.06 em Comissão Geral de Plenário para a discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 149 e 150/06. **Recebido; Protocole-se; Conforme artigo 107, parágrafo 2º decorrido o prazo de 24 horas, incluir o requerimento para deliberação no Plenário.**

Preferência de Votação

Requerimento nº 1681, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Deputados Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Nelson Garcia e Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando a preferência de votação do Projeto de Lei nº 194/06, Mensagem nº 032/06, item 11 da Ordem do Dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

1ª Discussão

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/06, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2007. PARECER FAVORÁVEL DA CO. COM SUBSTITUTO GERAL DA CO. **Aprovado, artigo por artigo.**

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 171/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 11.263, de 21 de dezembro de 1995, que criou o município de Novo Pirapó. **Aprovado. (Publ. no DA nº 025/06, de 04/04/06, em Projetos de Lei)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 282/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que concede o título de Cidadania Honorária do Estado do Paraná ao Dr. Antonio Fernando Barros e Silva. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/06, de 22/05/06, em Projetos de Lei)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 304/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utili-

dade Pública Estadual o Med Prev - Instituto de Incentivo à Medicina Preventiva, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/06, de 29/05/06, em Projetos de Lei)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 308/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento Educacional, Cultural, Artístico e Desportivo - Acodecad, com sede e foro no município de Carlópolis. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/06, de 30/05/06, em Projetos de Lei)**

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 747/05, de autoria da Deputada Elza Correia, que dispõe sobre a implementação da política de desenvolvimento urbano e regional para o Estado do Paraná - PDU, os planos de desenvolvimento regionais e os planos diretores municipais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada. Projeto - Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/06, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera o artigo 1º da Lei nº 12.260, de 12 de julho de 1999, alterada pela Lei nº 12.765, de 17 de dezembro de 1999, que declarou de Utilidade Pública a Associação dos Amigos de Londrina - AAL. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 122/06, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, que denomina Maria Bressan a trincheira localizada no Km 128,8 da BR-369, em Jataizinho, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/06, de autoria do Deputado André Vargas, que dispõe sobre a equiparação salarial entre servidores públicos do Estado do Paraná, de acordo com a mesma habilitação e equivalente carga horária. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado.**

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário de nº 01, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE
Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 149/06

Para aprovar o projeto de lei em tela, mesmo com os erros que encerra, terá que ser efetuado mediante lei complementar, considerando que somente outra lei complementar pode alterar a Lei Complementar nº 103/04.

Sala das Sessões, em 27.06.06.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA, CLEITON KIELSE, DOBRANDINO DA SILVA, CAÍTO QUINTANA, ANTONIO ANIBELLI e ALEXANDRE CURI.

Encaminhamos à CCJ para...

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para informar aos dirigentes sindicais: quais são os Deputados que assinam a Emenda, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

São seis Srs. Deputados: Deputado Dobrandino, devidamente apoiado pelos Deputados Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Alexandre Curi, Anibelli e José Maria Ferreira.

Segundo informação da Mesa, são essas as assinaturas, Sr. Deputado.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Todos do PMDB, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

Exato.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Então, vai retirar de pauta e só amanhã que vota, se...

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

Vai para a Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Deputado.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Pediria esclarecimento ao Presidente da CCJ: haverá Sessão na CCJ amanhã para que pudéssemos votar este projeto?

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

Consulto o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Durval Amaral: haverá amanhã uma Sessão Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça desta Assembléia Legislativa?

Vamos aguardar o parecer do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que acaba de conversar com o Presidente Hermas Brandão.

Com a palavra o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Marcaremos amanhã Sessão Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Podendo incluir este projeto, Deputado?

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Será incluído, nobre Deputado André Vargas, até porque a causa é justa.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Então, Sr. Presidente, pediria que V. Exa. esclarecesse a metodologia de votação.

O Regimento determina que remeta à CCJ?

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

Quando há uma Emenda de Plenário, automaticamente se encaminha para a Comissão de Constituição e Justiça e, dependendo do Parecer, vem a Plenário novamente.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Não só para este Deputado, Sr. Presidente, mas para os nossos visitantes que estão aguardando ansiosamente, há semanas, a votação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

Compreendemos a angústia, mas é também uma prerrogativa dos Deputados que encaminham esta Emenda de Plenário, portanto, regimental.

Estaremos encaminhando à Comissão de Constituição e Justiça para amanhã, em Reunião Extraordinária, emitirmos o parecer para que o projeto possa voltar ao Plenário.

Creio que os funcionários da Educação do Estado do Paraná, professores que vêm mais uma vez a esta Casa, compreendem esta medida regimental. Portanto, temos que fazer esse tipo de encaminhamento.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/06, de autoria do Deputado André Vargas, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário de nº 01, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 150/06

Substituir o termo “ao montante de sua remuneração no QPPE” por “ao seu vencimento base previsto no

QPPE”, no artigo 26, incisos I e II.

Sala das Comissões, em 27.06.06.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA, CLEITON KIELSE, DOBRANDINO DA SILVA, CAÍTO QUINTANA, ANTONIO ANIBELLI e ALEXANDRE CURI.

JUSTIFICATIVA:

“Art. 19. Estabelece o conceito de remuneração. Ocorre que no artigo 26, I e II do projeto utiliza incorretamente o termo remuneração para o enquadramento. O termo “ao montante de sua remuneração no QPPE” deve ser substituído por “ao seu vencimento base previsto no QPPE”. A correção se faz necessária para não haver incorporação de vantagens ao vencimento básico previsto.

Passa-se, também, a encaminhar à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para ressaltar que ontem, na Sessão, o Presidente Hermas Brandão fez um compromisso de colocar o projeto em votação hoje. Fez e cumpriu. Aliás, tinha feito até antes mesmo, e cumpriu.

Tínhamos o entendimento de votar este projeto. Estava presente o Deputado Dobrandino e não fez nenhum óbice para que colocássemos na pauta com acordo, entendimento de votarmos. O próprio Deputado Dobrandino assina uma emenda no sentido de postergar essa votação para amanhã. Deputado Dobrandino que lidera o Governo. Legítimo, é regimental.

Agora, o Presidente da CCJ firmou esse compromisso, Sr. Presidente, de colocar na pauta e o Presidente Hermas Brandão também.

Portanto, quero fazer esses esclarecimentos, não quero fazer aqui luta política, dizer que o PMDB, que é muito simples. Apenas para colocar que o entendimento que foi feito para que nós, esta Casa, tenhamos uma posição a respeito; SIM ou NÃO. Ninguém está cobrando posição de que tem que ser favorável. Sou autor do projeto com mais 22. Coloquei esta Questão de Ordem para esclarecer que estamos pedindo novamente à categoria, novamente aos dirigentes que aqui estão, a compreensão e a certeza de que amanhã às 10 horas, - o Presidente Hermas Brandão convoca para às 10 horas para dar tempo à CCJ - estaremos votando o projeto.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

Será encaminhado ao Presidente Hermas Brandão e apenas para também esclarecer ao próprio Deputado André Vargas.

(interrompido)

O SR. TADEU VENERI (PT)

A CCJ se reúne a que horas, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

Estou fazendo um esclarecimento, Deputado Tadeu Veneri, por gentileza, estou substituindo o Presidente Hermas Brandão, mas este é um direito regimental dos Deputados que fizeram esta emenda, e portanto, ele irá a Plenário.

Já o compromisso do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça de fazer uma Reunião Extraordinária amanhã.

E em relação à posição única, como Presidente, mesmo de forma transitória, uma posição extremamente isenta e há vontades diferentes dentro desta Casa que devem ser respeitadas.

Acho que a posição do Deputado André Vargas, de a Casa ter uma posição única não cabe. São 54 Deputados e dentro do Regimento será consolidado.

A Questão de Ordem levantada por V. Exa. Deputado Tadeu Veneri?

O SR. TADEU VENERI (PT)

Talvez não tenha sido claro. Fiz uma solicitação à Mesa para que informasse ao Plenário a que horas a Assembléia estará se reunindo amanhã. E a CCJ, em princípio, tem as suas reuniões marcadas para as 13 horas. Gostaria que fosse feito este esclarecimento porque se a CCJ faz a reunião às 9h é possível que façamos a apreciação desta emenda e possamos colocar o projeto em votação às 10h. Caso contrário, não será permitido.

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

A Sessão amanhã está marcada para às 9h30, Sr. Deputado Tadeu Veneri.

Com a palavra o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que disse há pouco que fará uma Reunião Extraordinária. Não sei se V. Exa. percebeu. Pela Ordem, Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, em entendimento com o Presidente Hermas Brandão, respeitando obviamente V. Exa., a Comissão de Constituição e Justiça estará se reunindo amanhã às 9h da manhã. E faço um apelo a V. Exa. para que determine a Sessão da Assembléia Legislativa, às 10h, para que possamos ter tempo hábil na CCJ para discutir e aprovar os projetos.

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

Está acatada a solicitação de V. Exa., com a aquiescência do Presidente Hermas Brandão. A CCJ começa às 9h e às 10h a Sessão Ordinária.

O SR. HERMAS BRANDÃO (PSDB)

A nossa intenção era fazer a Sessão às 9h da manhã, mas como há a necessidade de se reunir a CCJ, vamos aguardar e a nossa Sessão Ordinária iniciará às 10h e iremos até à noite, se precisar.

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

O apelo que fazemos também é para que os membros da Comissão de Constituição e Justiça compareçam à Sala de Reuniões para que possamos emitir um parecer para este projeto estar na pauta da Sessão de 10h.

Com a palavra o Líder do Governo, Deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, vou me manifestar em função até das manifestações do Presidente do PT, Deputado André Vargas; foi o meu nome, com relação à articulação aqui na Assembléia.

Queria dizer aos nossos professores aqui presentes, que isto não é novidade. Isto é usado constantemente pela CCJ, inclusive pelo Líder do PT por inúmeras vezes pela CCJ aqui no Plenário, este tipo de manobra. Não é a primeira vez que ele está querendo nos expor. E essas manobras que o Brasil inteiro ouviu do Deputado do PT lá na CPI do Congresso para não punir muitas vezes aqueles que roubaram o “mensalão”.

V. Exa. tem que ouvir mesmo!

(**Tumulto no Plenário**)

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

Peço a compreensão dos senhores visitantes, existe um orador fazendo uma colocação e merece ser ouvido.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

É verdadeiro, sim!

Quanto à perseguição, Sr. Presidente, do funcionário da APP, também sou contra isso. Disse o Deputado André Vargas, que lá em Brasília não faz isso. Quero deixar claro, publicamente, para lembrarem do caseiro Francenildo, que chegou a derrubar o Ministro. Era perseguição.

(**Manifestação dos visitantes nas galerias**)

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Compreendo e entendo o transtorno do Deputado Dobrandino, que serve a um tirano e fascista, que persegue servidores. Vamos continuar aqui exercendo o nosso mandato. O meu mandato não é do Requião.

(**Manifestação dos visitantes nas galerias**)

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

Não cabe Questão de Ordem nesse caso, Sr. Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Ratinho Júnior.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para justificar a nossa ausência no dia de amanhã, para ocupar a Vice-Presidência da

CCJ. Já fizemos a convocação dentro do nosso Partido e Deputado Marcos Isfer estará presente na CCJ nos representando e a toda a Bancada do PPS também.

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

Feito o esclarecimento do Deputado Ratinho Júnior.

Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Antonio Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o Deputado André Vargas, não sei se por estar desesperado, tem que manter a emoção. O Presidente do PT tem que se compor. É um homem educado, pelo que me consta e não pode ofender o nosso Governador, que é um homem sério, digno e honrado.

Os nossos professores que nos honram com suas visitas, apesar de má-educação...

(**Tumulto nas galerias**)

...devem defender ao ladrões do Brasil, os “mensaleiros”. Nós, aqui, temos dignidade e o nosso Governador é um homem respeitado no Brasil...

(**Tumulto nas galerias**)

...desrespeitado apenas por professores mau-educados, que já levaram um “pito” do presidente, que teve que suspender a Sessão.

Peço a V. Exa. que suspenda e não se dobre a meia dúzia de pessoas que não respeitam este Parlamento.

(**Manifestação dos participantes nas galerias**)

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

Passa-se, agora, ao Item 10 da pauta, pedindo a compreensão dos senhores visitantes, para que possamos prosseguir a Sessão.

Amanhã, os Projetos 149 e 150 voltarão à Ordem do Dia.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/06, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe o Atendimento Pedagógico e Educacional à Criança e o Adolescente durante período de internação hospitalar no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/06, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 252/06, que extingue e cria cargos na estrutura do quadro de servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em conformidade com a Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, com redação dada pela Lei Estadual nº 14.807, de 20 de julho de 2005, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/06, de autoria da Deputada Elza Correia, declarando de Utilidade Pública a Associação de Recuperação dos Alcoólatras de Guaíra, com sede e foro no município de Guaíra. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/06, objetiva instituir o Programa Estadual de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei”, visando garantir a profissionalização e a inclusão de adolescentes submetidos a medidas socioeducativas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDDMCA. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/06, de autoria dos Deputados Dobrandino da Silva e Nelson Garcia, dispondo sobre a idade máxima permitida para veículos de transporte coletivo, utilizados na execução de serviços regulares e especial de fretamento. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

1ª Discussão**ITEM 16**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 726/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, criando o Programa Especial de Atendimento para fins de Renda e Emprego, às Mulheres Vítimas de Violência Conjugal. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDDMCA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/06, de 22/11/05)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 726/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela visa criar um programa especial de atendimento às mulheres vítimas de violência conjugal. O que se pretende é dar independência financeira às vítimas, privilegiando-as nos cursos de capacitação profissional e no encaminhamento para empregos formais, através do sistema de cotas.

Fundamentação

No que diz respeito à competência do Estado para legislar sobre a matéria, o projeto tem amparo no artigo 25, parágrafo 1º da Constituição Federal, a seguir transcrito:

Art.25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhe sejam vedadas por esta Constituição.

(...)

Além disto, a Constituição Estadual estabelece no seu artigo 215, II o seguinte:

Art. 215. O Estado manterá programas destinados à assistência e promoção integral da família, incluindo:

(...)

II - serviços de prevenção e orientação, bem como recebimento e encaminhamento de denúncias referentes à violência no âmbito das relações familiares;

(...)

No tocante à iniciativa legislativa, o projeto define atribuições que o Poder Executivo exerce através de suas Secretarias, estando em consonância com o artigo 53, X da Constituição Estadual, a seguir transcrito:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado;

(...)

No tocante à técnica legislativa o projeto está em consonância com a Lei Complementar nº 95/98, nada havendo a reparar neste sentido.

Conclusão

Quanto à competência do Estado para legislar sobre a matéria, o projeto é constitucional tendo em vista o disposto no artigo 25, parágrafo 1º da Constituição Federal, e no artigo 215, II da Constituição Estadual; no tocante à iniciativa legislativa o projeto encontra amparo no artigo 53, X da Constituição Estadual, nada havendo a opor à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA
MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROJETO DE LEI Nº 726/05

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria da Deputada Cida Borghetti, cria o Programa Especial de atendimento para fins de renda e emprego às mulheres vítimas de violência conjugal.

Tal propositura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão, chamada a opinar, verificou que a

medida em referência visa garantir o atendimento preferencial às mulheres vítimas de violência conjugal, por parte dos estabelecimentos de assistência social ligados ao Poder Executivo, nos programas de geração de emprego e renda.

O projeto em pauta soma-se ao contido na Lei 14.648 de 23.03.05 que criou o Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do presente projeto de lei na forma apresentada.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente

RENATO GAÚCHO - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 775/05, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que determina o plantio de árvores nas linhas secas divisórias de todas as propriedades agrícolas, a partir de todas as suas confrontações, inclusive nas margens de estradas, vicinais ou de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem da Secretaria de Estado dos Transportes. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAICTM E CEMA. Aprovado. (Publ. no DA nº 140/06, de 07.12.05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 775/05

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O projeto de lei apresentado pelo nobre Deputado Luiz Accorsi tem como escopo determinar o plantio de árvore nas linhas divisórias de todas as propriedades agrícolas. Tal medida visa a proteção do solo contra fatores ambientais prejudiciais, especialmente o vento excessivo.

Constitucionalidade e Legitimidade

Em relação à legislação que dispõe acerca de proteção do solo e recursos naturais, os Estados são legítimos para iniciar o processo legislativo. É preceito trazido pela Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, ao Estado e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

(...)

Porém a essa iniciativa dos Estados é restringida, no caso paranaense, pela própria Constituição Estadual, que dispõe acerca da iniciativa privativa do Governador do Estado no seguinte sentido:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

(...)

Mesmo sob este aspecto resta claro que o texto do projeto de lei foi elaborado de forma a não intervir nas matérias de iniciativa legislativa exclusiva do Governo do Estado, elencadas no texto da Constituição Estadual.

Quanto à técnica legislativa, não há nenhum óbice frente à Lei Complementar 95/98.

Do Voto

Tendo em vista a adequação constitucional e legal do projeto que ora se analisa, somos de parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei 775/05.

Sala das Comissões, em 11.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL PROJETO DE LEI Nº 775/05

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, visa dispor sobre o plantio de árvores nas linhas secas divisórias de todas as propriedades agrícolas.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 03.05.06.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 775/05

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Luiz Accorsi, o projeto em epígrafe determina o plantio de árvores nas linhas secas divisórias de todas as propriedades agrícolas, a partir de todas as suas confrontações, inclusive nas margens de estradas vicinais ou de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem da Secretaria de Estado dos Transportes.

Consoante a justificativa do autor, o projeto tem por finalidade fazer com que os proprietários rurais atenham para necessidade da proteção dos seus terrenos quanto à velocidade dos ventos que ressecam o solo, para a minimização dos efeitos de eventuais geadas e logicamente para a diminuição do processo de erosão laminar e eólica. As cercas convencionais de arame dividem propriedades, mas não impedem que a chuva e o vento, nelas provoquem os seus estragos, facilitando processos erosivos e outros danos que comprometem o rendimento e valorização de todas elas.

Em face disso, em que pese tratar-se de matéria que poderia ser objeto de indicação, esta Comissão manifesta-se favoravelmente à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 03.05.06.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
RENATO GAÚCHO - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/06, de autoria do Deputado Duílio Genari, denominando Rodovia Dr. Ernesto Dall'Óglio, o trecho da Rodovia Estadual PRT-163, que liga os municípios de Toledo e Quatro Pontes. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/06, de 27.03.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 131/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo denominar Rodovia Dr. Ernesto Dall'Óglio, o trecho da Rodovia Estadual PRT-163, que liga os municípios de Toledo e Quatro Pontes.

Legalidade

O projeto em questão encontra sua legitimidade no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Constitucionalidade

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme Ofício da Secretaria Estadual de Transportes e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, foi verificado que o trecho mencionado não possui denominação, estando em consonância com o artigo 1º da Lei Estadual nº 8761/88 que regulamente:

Art. 1º Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense.

Conclusão

Ante o exposto, somos de parecer favorável, ao Projeto de Lei nº 131/06.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 131/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 131/06, de autoria do Deputado Duílio Genari, denomina Rodovia Dr. Ernesto Dall'Óglio, o trecho da Rodovia Estadual PRT-163, que liga os municípios de Toledo e Quatro Pontes.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Caiuá o imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 030/06, de 12/04/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 186/06

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Caiuá o imóvel que especifica.

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual, no seu artigo 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública, ou para fins de assentamentos em caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social.

Quanto à técnica legislativa, não foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98, que em seu artigo 9º trata da cláusula de revogação, bem como, omitiu-se a cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação através do Substitutivo Geral anexo.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 186/06

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Caiuá o imóvel constituído pelo lote urbano nº 07 da quadra nº 03, com área de 600,00 m2, nessa cidade, pertencente ao Estado do Paraná, matrícula nº 4306, livro nº 02, fls. 146/148 da Comarca de Alto Paraná.

Parágrafo Único. A doação do imóvel a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado para a construção de prédio para atendimento nas áreas social, da saúde e da educação, não podendo ser dada outra destinação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 186/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 186/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Caiuá, imóvel que especifica.

O imóvel a ser doado será utilizado para construção de prédio para atendimento nas áreas social, saúde e educação, ficando gravadas as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição, conforme substitutivo geral ao projeto apresentado, da Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que autoriza o Poder Exe-

cutivo a doar imóvel de propriedade do Estado do Paraná, ao município de Tibagi. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 036/06, de 25/04/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 207/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar a doação de imóvel situado na sede do Município, de propriedade do Estado, com 20m de frente para a Praça Edmundo Mercer, com área total de 1100 m2, localizado na Quadra nº 002, Distrito nº 1, da Zona nº 02, sob nº 0320. Esse imóvel será destinado especificamente ao Museu Histórico Municipal Desembargador Edmundo Mercer Júnior. Caso o imóvel deixe de ser usado para esse fim, ficará automaticamente revertido ao patrimônio do Estado.

Fundamentação

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina especificamente, em seu artigo 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que autoriza a doação de propriedade de imóvel do Estado a uma pessoa jurídica de direito público interno: o município de Tibagi.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conclusão

Ante o exposto, opina-se pela aprovação do presente Projeto de Lei nº 207/06.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 207/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 207/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Tibagi, imóvel que especifica.

O imóvel a ser doado será utilizado pelo Museu Histórico Municipal Desembargador Edmundo Mercer Júnior, ficando gravadas as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/06, de autoria do Deputado Natálio Stica, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina - Ademadan, o imóvel que descreve. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 039/06, de 02/05/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 224/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Natálio Stica, tem o escopo de autorizar o Poder Executivo a doar o imóvel descrito como antiga Agência de Rendas, localizado no município de Antonina, à Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina.

Legitimidade e Legalidade

Há a previsão constitucional para a alienação de bens do Estado, porém, desde que observados critérios rigorosos previstos em lei, senão vejamos:

Desse modo a Constituição Estadual veio estabelecer:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

Conforme estabelece a Constituição do Estado, supracitada, a Lei 12.523 de 1999, declarou a presente Associação como sendo de Utilidade Pública, coadunando-se como pré-requisito para o recebimento do imóvel. Fica clarividente que o presente projeto veio atender à norma legal, encontrando-se em perfeita sintonia com ela.

Conclusão

É diante da constitucionalidade do presente projeto, nosso parecer pela aprovação e regular tramitação.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 224/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 224/06, de autoria do Deputado Natálio Stica tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar à Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina - Ademadan, antiga Agência de Rendas, à cidade de Antonina.

O imóvel foi cedido à Ademadan, que há mais de cinco anos desenvolve projetos sócio-culturais e ambientais de grande importância para a comunidade antoninense.

O presente projeto de lei já recebeu análise prévia da douda Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável ao mesmo. A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações acompanha o pensamento do legislador sob o enfoque da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, considera relevante o mérito do contido no presente projeto de lei.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 235/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que estabelece em até 17 (dezessete) anos de uso o prazo de vida útil, de veículo utilizado na execução de serviços especiais de transporte intermunicipal sob regime de fretamento contínuo, eventual ou turístico e de escolar. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 042/06, de 08/05/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 235/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim estabelecer prazo de vida útil de dezessete anos para os veículos utilizados no transporte remunerado de passageiros de natureza privada ou fretamento.

Constitucionalidade e Legalidade

A Constituição Federal determina, em seu artigo 22, XI:

Art. 22. *Compete privativamente à União legislar sobre:*

(...)

XI - trânsito e transporte;

No entanto, no artigo 24, parágrafo 2º, complementa:

Art. 24. (...)

§ 2º *A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.*

A União, portanto, tem competência privativa para legislar sobre regras gerais, mas o Estado tem competência para legislar sobre suas especificidades.

Determina o artigo 80, parágrafo 1º, do Decreto nº 1821/00, o Regulamento do Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná.

Art. 80. *Na execução dos serviços especiais de fretamento contínuo, eventual ou turístico e de escolar, serão utilizados veículos tipo ônibus ou microônibus, com capacidade de lotação mínima de 8 (oito) passageiros.*

§ 1º *Na prestação dos serviços de que trata este artigo, é vedada a utilização de veículos com mais de quinze anos de fabricação;*

Com a aprovação desse projeto de lei, ficaria revogada, nos casos especificados pelo mesmo, a disposição supra. Uma norma pode ser revogada por norma de hierarquia superior ou de mesma hierarquia. Dessa forma, lei estadual é competente para revogar decreto estadual, por ser hierarquicamente superior a este. O projeto, portanto, é competente para o fim a que se destina.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. *A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Não é, portanto, uma das matérias de iniciativa legislativa privativa do Governador do Estado (artigo 66, IV, da Constituição Estadual).

Quanto à técnica legislativa, o presente projeto atende todas as normas dispostas na Lei Complementar 95/98.

Dessa forma, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 235/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 235/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, dispõe sobre a vida útil de veí-

culo utilizado na execução de serviços especiais de fretamento, conforme específica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/06, aprovando abertura de crédito especial no valor de R\$ 3.283.100,00 (três milhões duzentos e oitenta e três mil e cem reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, visando atender despesas efetuadas na área de saúde e da educação. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050/06, de 17.05.06, em Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 260/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Poder Executivo visa aprovar um crédito suplementar para a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, visando atender às despesas de saúde e educação.

Fundamentação

A Constituição do estado assegura:

Art. 134. *Os projeto de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa.*

§ 7º *Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.*

Diante dessa previsão, o presente projeto de lei apresenta-se em consonância com a exigência normativa constitucional, visto que, ao cancelar a dotação sugerida no artigo 2º, e deixar sem despesas correspondente esses recursos, pode haver essa destinação por meio de créditos suplementares, como no caso em questão.

Quanto à técnica legislativa, Lei Complementar 95/98, falhou no que tange ao artigo 3º do projeto, visto que revogou de maneira genérica as disposições em contrário, confrontado-se com o exigido pelo artigo 9º, Lei Complementar 95/98:

Art. 9º *A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.*

Conclusão

Ante o exposto opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 260/06, desde que atendida a emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 260/06

Na forma do que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento desta Casa, apresento a emenda supressiva ao artigo 3º do presente projeto, passando a contar com a seguinte redação:

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 260/06

P A R E C E R :

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º do artigo 33 do Novo Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados;

fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 05 de novembro de 1986”.

A proposição sob análise autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento de 2006 da já mencionada Secretaria de Estado.

A apresentação de projetos de lei desta natureza está dentro dos limites do poder de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Estadual.

A Lei Federal nº 4320/64 define créditos adicionais e estabelece as condições para sua realização.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 42. Os critérios suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

Na forma da mesma lei, são fontes de recursos para abertura dos créditos adicionais superávit financeiro em relação ao ano anterior, excessos de arrecadação, anulação total ou parcial das dotações orçamentárias e produto das operações de crédito por lei autorizadas.

In casu trata-se de crédito adicional especial, destina recursos para ações de saúde e educação dentro da Secretaria de Administração e Previdência. A fonte de recurso para a suplementação resulta de cancelamento de despesas dentro da própria secretaria, ou seja, ocorre apenas um remanejamento de uma dotação para outra.

Na forma dos anexos a suplementação de recursos se dará para ações em Saúde e Educação no tocante à transmissão de dados.

Por sua vez estão sendo canceladas despesas referentes à Administração de serviços de energia elétrica, água, esgoto, telefonia e informática. Resta saber como é possível cancelar estas despesas, salvo se houve redução de despesas com os mencionados serviços.

Em que pese não estar demonstrado claramente o impacto que terá o cancelamento das dotações mencionadas e porque há este expressivo valor excedente, pode-se compreender a operação que está sendo realizada.

O parecer é favorável à tramitação da proposição, pois presentes os requisitos formais e legais no tocante à competência desta Comissão.

Sala das Comissões, em 07.06.06.

(a) ELIO RUSCH - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 260/06

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, oriundo da Mensagem nº 035/06, do Poder Executivo, que aprova abertura de crédito especial no valor de R\$ 3.283.100,00 (três milhões duzentos e oitenta e três mil e cem reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2.005, visando atender despesas efetuadas na área de saúde e da educação.

Dos recursos financeiros mencionados o Poder Executivo abrirá crédito especial para atender às despesas com atividades orçamentárias: Transmissão de Dados -

Ações em Educação e Transmissão de Dados - Ações em Saúde. Este crédito provém de recursos decorrentes do cancelamento do próprio órgão, servirá como recurso para cobertura de crédito igual importância proveniente de cancelamento da natureza de despesa 339039 (outros serviços de terceiros)

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável na forma de substitutivo geral através do Relator Deputado Nelson Justus. A Comissão de Finanças, através do Relator Deputado Tadeu Veneri, se manifestou favoravelmente à tramitação da proposta em relação ao seu mérito.

Chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nos posicionamos com parecer favorável, com apresentação de Emenda Aditiva.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.06.06.

(a) EDSON STRAPASSON - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/06, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, autorizando o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao município de Irati. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 050/06, de 17.05.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 265/06

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Ratinho Júnior, autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao município de Irati.

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembleia Legislativa, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual, nos seus artigos 65 e 10:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração

indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos em caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 265/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 265/06, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso de imóvel que especifica ao município de Irati.

A cessão em questão tem por finalidade o funcionamento de Secretarias e Órgãos Municipais, Telecentro "Inclusão Digital" além de atividades sócio-educacionais destinadas à comunidade.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/06, autorizando o Poder Executivo através da Fundepar, efetuar reversão ao município de Uniflor dos imóveis que especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 052/06 de 22.05.06 em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 267/06

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 267/06, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo a proceder à reversão ao município de Uniflor dos imóveis que indica.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece condições para a doação e alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio do Estado em seu artigo 10, que assim dispõe:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Como se vê, a regra constitucional é de que os bens imóveis de propriedade do Estado não podem ser objeto de doação ou utilização gratuita, podendo ser feita somente em alguns casos e mediante os requisitos estabelecidos no artigo 10, a saber:

a) autorização legislativa;

b) que o beneficiário seja pessoa de direito público interno, órgão ou fundação da administração direta e indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, devendo ainda ser declarada de utilidade pública;

Da Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente pela regular tramitação do projeto.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 267/06**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 267/06, que deriva da Mensagem nº 037/06 do Chefe do Poder Executivo, visa à reversão de imóvel que especifica, ao patrimônio do município de Uniflor.

Fica disposto, que o imóvel será utilizado para construção de Centro Comunitário, retornando ao patrimônio do Estado - Fundepar, caso seja destinado para outro fim.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 277/06, de autoria da Deputada Elza Correia, declarando de Utilidade Pública a Associação da Terceira Idade de Guaíra, com sede e foro no município de Guaíra. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/06 de 22.05.06).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 277/06**

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Elza Correia, declara de Utilidade Pública a Associação da Terceira Idade de Guaíra, com sede e foro no município de Guaíra, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/06, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, declarando de Utilidade Pública o Conselho Educacional da Convenção Batista Paranaense, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 054/06 de 23.05.06).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 291/06**

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, declara de Utilidade Pública o Conselho Educacional da Convenção Batista Paranaense, com sede e foro no município de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/06, de autoria do Deputado Barbosa Neto, declarando de Utilidade

Pública a Organização Não-Governamental dos Movimentos Populares Nacionais e Internacionais no Brasil, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 066/06 de 06.06.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 320/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Barbosa Neto, declara de Utilidade Pública a Organização Não-Governamental dos Movimentos Populares Nacionais e Internacionais no Brasil, com sede e foro no município de Londrina, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 29

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 019/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Indica ao Chefe do Executivo a Organização da Defensoria Pública do Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 072/06. de 19.06.06, em Indicações).**

ITEM 30

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 020/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Indica ao Chefe do Executivo a criação de comitê para solucionar conflitos decorrentes de concursos públicos no Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 072/06. de 19.06.06, em Indicações).**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1679 e 1692, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1680, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1682, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1683, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1684, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri, Padre Paulo Campos e Luciana Rafagnin, com apoio do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1686 a 1690, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1693, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1696, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Prejudicado.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 194/06 e 747/05.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 296/95, 726, 775/05, 131, 149, 150, 186, 207, 224, 235, 260, 265, 267, 277, 291 e 320/06.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 426/05.

Levanta-se a Sessão.

E a vitória do Brasil contra Gana, se Deus quiser!

